

Salvaguarda no acordo com credores

Lemgruber quer garantir crédito futuro e até capitalização de juros

ARNOLFO CARVALHO
da Editoria de Economia



Presidente do BC tem 'ponto ótimo' de endurecimento

O Brasil está propondo aos credores a inclusão de uma cláusula de salvaguarda nos contratos de renegociação da dívida externa para garantir, até o ano 2001, o direito de tomar dinheiro novo emprestado dos bancos privados sempre que for preciso, recorrendo a uma **special facility** (como empréstimo-jumbo) ou até mesmo ao mecanismo de capitalização dos pagamentos de juros, caso enfrente problemas com eventuais elevações nas taxas internacionais, queda na cotação mundial do dólar, aumento do protecionismo ou deterioração dos preços das exportações.

O presidente do Banco Central, Antonio Carlos Lemgruber, informou ontem que a proposta de contrato que o governo anterior vinha discutindo com os credores não incluía esta cláusula da capitalização eventual, limitando o acesso a recursos de instituições não-bancárias. Outros pontos considerados inaceitáveis são os pagamentos "simbólicos" de US\$ 2 bilhões durante os sete anos de carência, bem como a "exagerada interferência" externa na política econômica do país durante os dezesseis anos de rolagem das amortizações de US\$ 43 bilhões.

RISCOS

"A capitalização dos juros não está descartada" — assegura Lemgruber, advertindo porém para os limites de qualquer proposta de "endurecimento" das negociações com os banqueiros, com quem ele volta a se encontrar nas próximas semanas, primeiro em Brasília e depois em Nova Iorque, para retomar a discussão da dívida externa de US\$ 100 bilhões. "Existe sempre um nível ótimo de endurecimento, que no caso brasileiro vai até onde não surja o risco de comprometer os US\$ 16 bilhões de linhas de curto prazo".

"Quem propõe o endurecimento além deste nível ótimo, no caso brasileiro, está na verdade propondo a estatização do sistema bancário do país" — afirma, acrescentando que não pode imaginar que "alguém em sã consciência esteja de fato fazendo esta vinculação entre as duas coisas". Em sua opinião a proposta de parlamentares do PMDB, para que o Parlamento Latino-Americano atue no sentido de se obter

a suspensão de partes das remessas de juros da dívida externa, corre o risco de levar os bancos credores a retirar os depósitos de US\$ 6 bilhões em agências de bancos brasileiros no exterior, "provocando a quebra do sistema bancário nacional".

Além disso, existem linhas de crédito comercial de curto prazo que o país utiliza, da ordem de US\$ 10 bilhões atualmente, que não seriam renovadas se o endurecimento nas negociações ultrapassar o "nível ótimo". Se isso acontecesse, em função de maior intranquilidade na comunidade financeira internacional, o Brasil teria que queimar rapidamente as suas reservas externas, que passaram de US\$ 7,7 bilhões em abril para US\$ 8,2 bilhões no mês passado, para cobrir os compromissos dos bancos intermediários brasileiros.

QUEBRAS

Há casos de um único banco que deve cerca de US\$ 600 milhões nestas linhas interbancárias e comerciais, de maneira que a cobrança desta dívida de curto prazo levaria a um processo de quebra de um sistema financeiro. "Neste caso ou o banco Central entra queimando as reservas do país em dólares ou o governo será obrigado a estatizar os bancos brasileiros, e acho que as duas coisas não são desejáveis". Mesmo com o nível de reservas considerado hoje "bastante elevado", o país continua sujeito a esta "instabilidade básica nas contas externas por causa dos US\$ 16 bilhões de dívida e curto prazo".

O presidente do Banco

Central discorda também dos economistas e políticos que defendem a tomada de dinheiro novo imediatamente ou a necessidade de redução nos pagamentos de juros ao exterior, como forma de viabilizar um crescimento interno da economia acima da taxa média de 4% programada para este ano. "Não acho que a economia esteja fadada a um crescimento medíocre só pelo fato de ser maior ou menor o déficit em conta corrente" (que representa no balanço de pagamentos a necessidade de recursos externos para completar os pagamentos ao exterior). "Existem ajustamentos que contraem ou expandem o comércio, e se conseguirmos ajustar a economia com exportações e importações crescendo bastante será possível conciliar as duas coisas" — isto é, elevados pagamentos ao exterior com altas taxas de expansão do Produto Interno Bruto.

Reconhece, entretanto, que em 1983 o ajustamento da economia brasileira, combinado com o Fundo Monetário Internacional, "realmente funcionou na direção errada", provocando a queda de 3,2% no PIB. "Mas em 1984 já houve um grande crescimento do comércio" — acrescenta Lemgruber, advertindo que o perigo é fazer o contrário, financiando o crescimento interno com endividamento externo. "mantendo o déficit em conta corrente elevado, e não fazendo o ajuste externo, o processo de endividamento externo se tornaria explosivo e aí sim, é que se pode chegar a uma situação de impasse".